

WASHINGTON NOVAES

As contas do outro lado

Com frequência se tem comentado, neste espaço, a necessidade de avanços na chamada contabilidade ambiental no País, de modo a incorporar em qualquer projeto, qualquer ação, os custos totais gerados – econômicos, ambientais, energéticos, sociais. E também para



O caminho das contas ambientais é complicado. Mas não há como fugir dele

permitir que todas as políticas públicas e projetos privados partam dessa realidade, e não de ficções cujos custos verdadeiros só sejam conhecidos muito tempo depois, quando já irreparáveis ou astronômicos.

Para ficar em uns poucos exemplos, quem contabiliza, na área da saúde, os custos da poluição atmosférica gerada pelos gases emitidos por veículos? Quem soma os investimentos necessários para implantar e conservar as redes viárias e os devida proporcionalmente na conta dos automóveis? Quem responsabiliza a agricultura pelos custos dos modelos de ocupação do solo – erosão e perda de fertilidade, degradação de bacias hidrográficas, êxodo rural e inchaço das periferias urbanas, etc.?

Quem está atento a isso precisa prestar atenção também a advertências que começam a ser feitas do outro lado, quanto aos custos de alternativas apontadas como ambientalmente adequadas ou sustentáveis. É o caso, por exemplo, das chamadas energias alternativas, cada vez mais em foco em razão dos custos da energia gerada por combustíveis fósseis ou da crise de energia em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Embora ainda mais caras que as outras formas de energia (até porque estas não contabilizam todos os seus custos), as alternativas

estão avançando rapidamente. A eólica, por exemplo, tem ampliado a potência instalada à média de 24% ao ano, enquanto seu custo baixou 60% em uma década. A solar também avança, embora menos – porque, em média, seu custo ainda pode ser de três a quatro vezes mais alto que os da energia gera-

da por outras fontes, dependendo do projeto específico.

Num dos últimos números da revista *Worldwatch*, o cientista Herschell Elliot adverte: é preciso contabilizar todos os custos das alternativas, para não incorrer nos mesmos erros. Ele lembra que para fabricar moinhos e turbinas a vento, assim como painéis solares, é preciso consumir energia fabricando escavadeiras e guindastes gigantes para extrair os minérios; mais energia para transformar os minérios em aço e outros metais; haverá danos ambientais a serem reparados na mineração; vai-se precisar de mais energia para fabricar os painéis, moinhos e turbinas e para transportá-los; haverá custos com baterias se for preciso armazenar a energia; outros custos no cultivo de alimentos e na energia consumida por quem trabalhar na instalação e operação. Também no caso do hidrogênio líquido haverá numerosos custos a incorporar.

Ao final de todo o rol levantado, ele pergunta: serão as energias alternativas sustentáveis em sociedades de alta tecnologia, imensas concentrações urbanas, consumistas e esbanjadoras? Ou elas pressupõem outro tipo de sociedade, que será preciso inventar?

Em direção semelhante caminham dois outros cientistas norte-americanos,

Tillman Gerngross e Steven C. Slater, que se têm dedicado a pesquisas em busca do chamado “plástico verde”, capaz de substituir o plástico derivado do petróleo – porque esta matéria-prima caminha para o esgotamento, porque há sérios problemas ambientais com a utilização do cloro na fabricação do PVC e porque este leva até cem anos para se degradar quando colocado em depósitos de lixo. O plástico “verde”, obtido a partir de matérias-primas renováveis, vegetais, poderia degradar-se rapidamente no meio ambiente.

Gerngross e Slater, entretanto, encontraram problemas inesperados. O primeiro deles está em que, no processo de degradação, o plástico “verde” emite dióxido de carbono e metano, dois dos gases que agravam o chamado efeito estufa. Sob esse aspecto, dependendo das espécies usadas e de outras circunstâncias, poderia até nem ser mais vantajoso que o plástico derivado do petróleo.

Mas não é o único inconveniente. Também depen-

dendo da espécie, o processo de fabricação pode exigir até três vezes mais energia que a utilizada na petroquímica para produzir plástico. E, nesse caso, provavelmente não compensaria, especialmente nos países onde a energia utilizada deriva da queima de combustíveis fósseis. No plástico “verde”, há consumo de energia no plantio, colheita e secagem da matéria-prima (principalmente quando se trata de grãos), na extração dos materiais a serem utilizados, na separação e reciclagem de solventes, na mistura final para produção da resina.

É possível que, dependendo da espécie utilizada, possa haver compensação das emissões de carbono na degradação do plástico com a absorção desse elemento pelo vegetal em sua fase de crescimento (o que poderia ser a hipótese da cana-de-açúcar, que tem, entretanto, outros custos a incorporar).

Diante disso tudo, concluem os cientistas que é preciso levar em conta, nessa tentativa, os custos energéticos (principalmente a queima de combustíveis fósseis nos países mencionados), os custos ambientais da degradação/emissão de poluentes, os custos da disposição do lixo.

Seria preciso, no final das contas, optar por diversos fatores ainda não disponíveis conjuntamente: uma espécie vegetal (que absorva carbono no crescimento) que não exija tanta energia para sua transformação e não se degrade, não libere poluentes formadores do efeito estufa. Algo ainda no reino do desejo apenas, ao que parece. E ainda com o complicador de se produzir um plástico não-degradável – que não resolve o problema do lixo, já que permanecerá por cem anos.

O caminho das contas ambientais é complicado. Mas não há como fugir dele.

